

## Contrato de Repasse

Grau de sigilo  
#PUBLICO

**CONTRATO DE REPASSE Nº 1011907-30 / 2013 / MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO / CAIXA  
PROCESSO Nº 2623.796701 / 2013**

**CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTERIO DO  
DESENVOLVIMENTO AGRARIO, REPRESENTADO(A) PELA  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICIPIO DE  
JABORA - SC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES  
RELATIVAS AO MDA PRONAT - MAQUINÁRIO.**

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com os Anexos a este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação, Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Diretrizes Operacionais do Concedente para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Concedente e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulamentam a espécie, as quais os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

<b>SIGNATÁRIOS</b>  I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Concedente MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Agente Operador, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por RICARDO BIER TROGLIO, RG nº 703646259, CPF nº 393.212.400-63, residente e domiciliado(a) à R. Sete de Setembro - D, 91 1 Andar, conforme procuração lavrada em notas do 2º Tabelião de Notas e Protesto de Brasília/DF, no livro 2886, fls 055, em 06/07/2011, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.  II – CONTRATADO – MUNICIPIO DE JABORA - SC, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 82.939.463/0001-88, neste ato representado pelo respectivo prefeito municipal, Sr(a) Kleber Mércio Nora, portador(a) do RG nº 2.140.723 SSP SC e CPF nº 612.781.069.87, residente e domiciliado(a) à R. Angelo Poyer, 320 - Centro, JABORA-SC, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.
<b>OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE</b> Aquisicao de Escavadeira Hidraulica
<b>MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)</b> JABORA - SC.
<b>CONDIÇÃO SUSPENSIVA</b> Não se aplica.
<b>CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR</b> ( x ) Não      ( ) SIM  Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima do Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais.
<b>DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA</b> Recursos do Repasse da União R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Recursos do Investimento (Repasse + Contrapartida) R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais). Nota de Empenho nº 2013NE800722, emitida em 13/12/2013, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), Unidade Gestora 490012, Gestão 0001. Programa de Trabalho: 211272029210X 0001. Natureza da Despesa: 444041. Conta Corrente Vinculada do CONTRATADO: 3554.006.00647019-0.
<b>PRAZOS</b> Data da Assinatura do Contrato de Repasse e Anexos: 27/12/2013. Término da Vigência Contratual: 31/03/2015. Prestação de Contas: 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro. Arquivamento: 20 anos contados da aprovação da prestação de contas pela CONTRATANTE ou da instauração da tomada

de contas especial, se for o caso.

**FORO**

Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de SANTA CATARINA.

**ENDEREÇOS**

Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: R. ANGELO POYER -320 -CENTRO, JABORA-SC.

Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: R. SETE DE SETEMBRO - D, 91 1 ANDAR, CHAPECO - SC.



Assinatura Contratante

Nome: RICARDO BIERI TROGLIA

CPF: 393.212.400-63

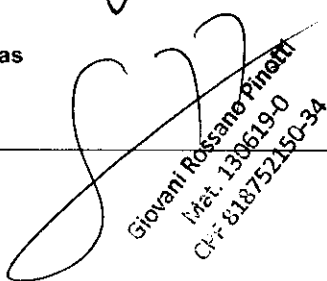


Assinatura Contratado

Nome: Kleber Mercio Nora

CPF: 612.781.069.87

**Testemunhas**



Nome:

CPF:

Giovani Rossano Pinetti  
Mat. 130619-0  
CPF: 818752150-34




Nome:

CPF:

LUCIANA PARIZOTTO  
CPF: 041.088.039-65

EM CONFORMIDADE



MARIA TEREZA WALLMANN SEMPRESOM  
Matricula C102125-7  
Assistente Júnior

## Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais – Setor Público

Grau de sigilo  
#PUBLICO

**CONTRATO DE REPASSE Nº 1011907-30 / 2013 / MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO / CAIXA  
PROCESSO Nº 2623.796701 / 2013**

Pelo presente Anexo as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ANEXOS E DA SUSPENSIVA

1 – São partes integrantes do Contrato de Repasse, independente de transcrição:

- a) o Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais;
- b) o Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Complementares, específicas de cada Concedente, se for o caso;
- c) o Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

1.1 – A eficácia deste Instrumento, caso haja itens inseridos em condição suspensiva, está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO de toda a documentação no prazo fixado no Contrato de Repasse e à análise favorável pela CONTRATANTE.

1.1.1 – O prazo fixado para atendimento da condição suspensiva poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, nos termos de ato regulamentar do Concedente.

1.1.2 – O CONTRATADO, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a rescisão de pleno direito do presente Contrato de Repasse, independente de notificação.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

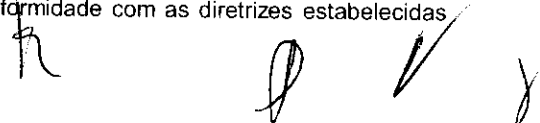
2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

#### 2.1 – DA CONTRATANTE

- I. analisar e aprovar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- III. acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas da União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
- IV. transferir ao CONTRATADO os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- V. comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- VI. analisar eventuais solicitações de reformulação dos Projetos Técnicos, submetendo-as, quando for o caso, ao Concedente;
- VII. fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
- VIII. receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo CONTRATADO, bem como notificá-lo quando da não apresentação no prazo fixado e ainda quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial.

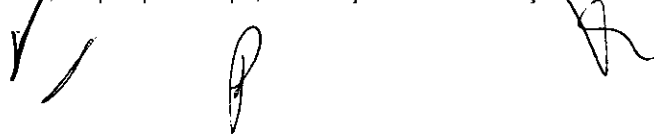
#### 2.2 – DO CONTRATADO

- I. consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- II. observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- III. comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
- IV. adotar o disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- V. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas



pelo Concedente, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;

- VI. elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- VII. compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- VIII. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- IX. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
- X. definir o regime de execução, direto ou indireto, do objeto do Contrato de Repasse;
- XI. realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, quando optar pelo regime de execução indireta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição;
- XII. prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União;
- XIII. no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, nas licitações que realizar para a contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- XIV. utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, preferencialmente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO a impossibilidade de sua utilização;
- XV. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
- XVI. no caso da contratação de prestação de serviços, apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;
- XVII. prever no edital de licitação e no Contrato de Execução ou Fornecimento (CTEF) que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado e exercer a fiscalização sobre o CTEF;
- XVIII. registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;
- XIX. registrar no SICONV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;
- XX. inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Contrato de Repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;
- XXI. atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- XXII. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
- XXIII. apresentar à CONTRATANTE relatórios de execução físico-financeira relativos ao Contrato de Repasse, bem como da integralização da contrapartida, em periodicidade compatível com o cronograma de desembolso estabelecido;
- XXIV. responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
- XXV. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- XXVI. notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- XXVII. fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o



acompanhamento e avaliação do processo;

- XXVIII. divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do financiamento e o nome do CONTRATANTE e do Concedente, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XXIX. comprometer-se a utilizar a assinatura do Concedente acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XXX. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema;
- XXXI. prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;
- XXXII. operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XXXIII. responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;
- XXXIV. aplicar, no SICONV, os recursos creditados na conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do SICONV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- XXXV. tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO, até o limite do valor dos Recursos de Repasse fixado no Contrato de Repasse de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO aportará, ao Contrato de Repasse, o valor dos Recursos de Contrapartida fixado no Contrato de Repasse de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do Contrato de Repasse terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta específica vinculada ao Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta à cobrança de tarifas bancárias.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO**

4 – O CONTRATADO, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução do objeto deste Contrato de Repasse.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual e o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, este se for o caso.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

4.3 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea "a" da Lei nº 9.504/97.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO E DO DESBLOQUEIO DOS RECURSOS**

5 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto e será realizada sob bloqueio, após eficácia contratual, respeitando a disponibilidade financeira do Concedente e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.1 – A autorização de saque dos recursos creditados na conta vinculada será feita em parcelas, de acordo com o cronograma de desembolso, após a autorização para início do objeto, depois de atestada, pela CONTRATANTE, a execução física e a comprovação do aporte da contrapartida da etapa correspondente e posteriormente a comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO.

5.1.1 – No caso de execução do objeto contratual por regime de execução direta, a liberação dos recursos relativos à primeira parcela será antecipada na forma do cronograma de desembolso aprovado, ficando a liberação da segunda parcela é

*ba*

*Q*

*J*

seguintes, condicionada à aprovação pela CONTRATANTE de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

5.2 – No caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse da União seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), a liberação dos recursos pelo Concedente na conta vinculada, ocorrerá de acordo com o cronograma de desembolso aprovado, em no máximo três parcelas correspondentes a 50% (cinquenta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) do valor de repasse da União.

5.2.1 – Nesse caso, o desbloqueio dos recursos ocorrerá após apresentação do relatório de execução de cada etapa do objeto do contrato de repasse devidamente atestada pela fiscalização do CONTRATADO.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS**

6 – As despesas com a execução do Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Concedente, com incorporação ao Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA**

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

I - a destinação do recurso;

II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;

V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio CONTRATADO, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:

a) por ato da autoridade máxima do Concedente;

b) na execução do objeto pelo CONTRATADO por regime direto;

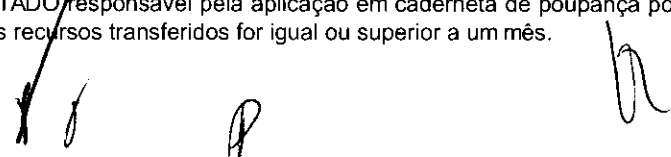
c) no ressarcimento ao CONTRATADO por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Concedente e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do Contrato de Repasse, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência do Contrato de Repasse e se expressamente autorizado pelo Concedente.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do SICONV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a um mês.



7.5.2 – Os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos serão computados a crédito do Contrato de Repasse para consecução do seu objeto, salvo na exceção abaixo disposta, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida.

7.5.2.1 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas correntes, no caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado.

7.5.2.2 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – A devolução prevista acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independente da época em que foram aportados, devendo, nos casos em que incida exclusivamente sobre o repasse ou a contrapartida, ser devolvido apenas ao ente titular do valor remunerado.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado totalmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- b) quando não for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- c) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento;
- e) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.2;
- f) quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "a", os recursos que permanecerem na conta específica, sem terem sido desbloqueados em favor do CONTRATADO, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.2 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.3 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada não apresente funcionalidade, a devolução da totalidade dos recursos liberados acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, ocorrerá aplicando-se sobre os recursos eventualmente gastos, o mesmo percentual como se tivessem permanecido aplicados durante todo o período em caderneta de poupança, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

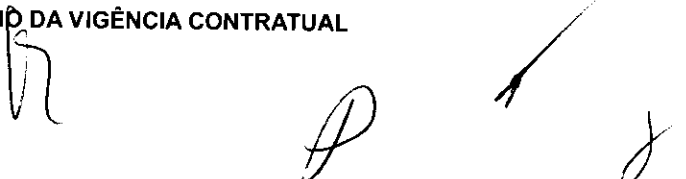
7.7.4 – Para aplicação dos itens 7.7.2 e 7.7.3, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.5 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "d", será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.7.5.1 – Ainda na hipótese do item anterior, caso haja recursos que permanecerem sem desbloqueio em favor do CONTRATADO, estes serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual, acrescidos do resultado da aplicação financeira. Após esse período instaurar-se-á Tomada de Contas Especial.

7.8 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**



8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS**

9 – O Concedente é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Concedente poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Concedente e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO**

10 – Obriga-se o CONTRATADO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa, nos termos do Artigo 54, parágrafo primeiro, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO deverá encaminhar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que houver solicitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE nas condições fixadas no Contrato de Repasse.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no SICONS por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmado pelo seu antecessor.

11.3.1 – Na impossibilidade dessa prestação de contas, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no SICONS documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de tomada de contas especial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS**

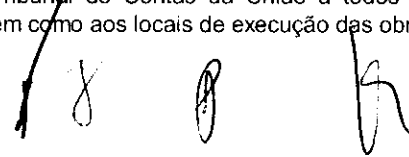
12 – O CONTRATADO é responsável pelas despesas extraordinárias incorridas pela CONTRATANTE, quando solicitar:

- a) reanálise de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia e de trabalho social, quando houver;
- b) vistoria de etapas de obras não previstas originalmente;
- c) publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do CONTRATADO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA**

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.





#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS**

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Concedente, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

15 – A vigência deste Instrumento iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á ao término de sua vigência, constantes no Contrato de Repasse, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

16 – O Contrato de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os contratantes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 e demais normas pertinentes à matéria.

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Contrato de Repasse o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado e ainda a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

16.1.1 – A rescisão do Contrato de Repasse, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR**

17 – A existência de restrição do CONTRATADO não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da Legislação em vigor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO**

18 – A alteração deste Instrumento, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência fixado no Contrato de Repasse, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a aprovação da CONTRATANTE.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Concedente, será promovida “de ofício” pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do Concedente.

18.3 – É vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse, exceto para a ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES**

19 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

19.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama ou fax, nos endereços descritos no Contrato de Repasse.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

20 – Fica eleito o foro descrito no Contrato de Repasse para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia



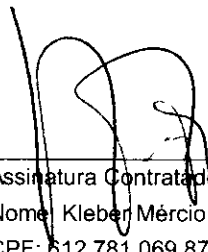
expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original.

CHAPECÓ / SC , 27 de dezembro de 2013  
Local/data

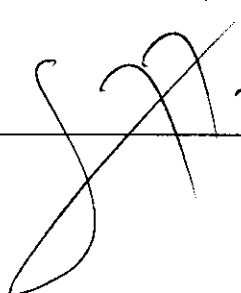


Assinatura Contratante  
Nome: RICARDO BIER TROGLIO  
CPF: 393.212.400-83



Assinatura Contratado  
Nome: Kleber Mércio Nora  
CPF: 612.781.069.87

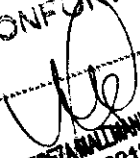
**Testemunhas**



Nome:  
CPF:



Nome:  
CPF: **LUCIANA PARIZOTTO**  
CPF: 041.088.039-86

**EM CONFORMIDADE**  
  
**MARIA TEREZA WALDMANN BEMPREDO**  
Matricula C102126-7  
Assistente Jurídica

# Anexo ao Contrato de Repasse - Condições Complementares

Grau de sigilo  
#PUBLICO

## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

1 – No caso de contratação de operações no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o CONTRATADO deve:

- a) firmar com os demais municípios e organizações da sociedade civil participantes do Colegiado do Território beneficiado, Termo de Gestão Compartilhada do Empreendimento, com acompanhamento da Delegacia do MDA no estado, nos casos em que a ação recair em empreendimentos econômicos e/ou sociais, tais como estruturas de comercialização, centros de capacitação, agroindústrias e outros indicados pelo Concedente;
- b) registrar as informações relacionadas a este Contrato de Repasse no Sistema de Convênios e Finanças (SICOFIN), para operações em qualquer modalidade do PRONAF e PRONATER.

Assinatura Contratante

Nome: RICARDO BIER TROGLIO

CPF: 393.212.400-63

Assinatura Contratado

Nome: Kleber Mércio Nora

CPF: 612.781.069.87

## Testemunhas

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

EM CONFORMIDADE

MARIA TEREZA ANDRELMANN SEMPREBOM  
Metrícula C102125-7  
Assistente Júnior

LUCIANA PARIZOTTO  
CPF: 041.087.039-85



MAPA / MUNICIPIO DE PETROLINA - PE. CNPJ 10.358.190/0001-77. TERMO DE COMPROMISSO 1.009.353-25-2013. MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO / CAIXA: Objeto: Aquisição de patrulha mecanizada. Programa MAPA APOIO DESENV. DO SETOR AGROPECUARIO - SOMENTE AQUISIÇÃO. Valor: R\$ 508.000,00; dos recursos: R\$ 487.500,00, correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135098, Gestão 0001, Programa de Trabalho 070016, Funcional 20608201420ZV 0026, NE 2013NE801534, de 20/11/2013 e R\$ 20.500,00 a conta de contrapartida. Vigência 30/12/2015 - Data e Assinaturas: 30/12/2013. MARTONI PEREIRA DE SOBRAL, JULIO EMILIO LOSSIO DE MACEDO

MAPA - MUNICIPIO DE LAGOA DE ITAENGA - PE. CNPJ 11.097.250.0001-08. CONTRATO DE REPASSE 1.009.406-67/2013 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO / CAIXA: Objeto: Construção de Abatedouro no Município; Programa MAPA APOIO DESENV. DO SETOR AGROPECUARIO. Valor: R\$ 1.014.000,00, dos recursos: R\$ 975.000,00, correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135098, Gestão 0001, Programa de Trabalho 070016, NE 2013NE801479, de 20/11/2013 e R\$ 39.000,00 a conta de contrapartida do Município. Vigência 31/08/2016 - Data e Assinaturas: 31/12/2013. MARTONI PEREIRA SOBRAL, LAMARTINE MENDES DOS SANTOS

MCIDADES / MUNICIPIO DE DORMENTES - PE. CNPJ 35.667.377-0001-83. CONTRATO DE REPASSE 1.008.588-02 / 2013 - MINISTERIO DAS CIDADES / CAIXA: Objeto: Pavimentação em paralelepípedos em diversas Ruas na sede do Município; Programa MCIPLANJEJ URBANO - PAVIMENTAÇÃO. Valor: R\$ 300.000,00; dos recursos: R\$ 295.300,00, correção à conta da União no exercício de 2013, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 073635, Funcional 1545120541D73 0026, NE 2013NE802088, de 06/11/2013 e R\$ 4.700,00 a conta de contrapartida. Vigência 30/12/2015 - Data e Assinaturas: 31/12/2013. MARTONI PEREIRA DE SOBRAL, RONIERE MACEDO REIS

MAPA / MUNICIPIO DE AFRANIO - PE. CNPJ 10.358.174/0001-84. TERMO DE COMPROMISSO 1.007.516-80 / 2013 / MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO / CAIXA: Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos; Programa MAPA APOIO PEQ E MEDIO PRODUTOR AGROPEC - SOMENTE AQUISIÇÃO. Valor: R\$ 550.000,00; dos recursos: R\$ 487.500,00, correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135098, Gestão 0001, Programa de Trabalho 070016, Funcional 20608201420ZV 0026, NE 2013NE800939, de 30/10/2013 e R\$ 62.500,00 a conta de contrapartida. Vigência 30/11/2015 - Data e Assinaturas: 30/12/2013. MARTONI PEREIRA DE SOBRAL, MARIA LUCIA MARIANO DE MIRANDA

MCIDADES / MUNICIPIO DE PETROLINA - PE. CNPJ 10.358.190/0001-77. CONTRATO DE REPASSE 1.011.109-08/2013 - MINISTERIO DAS CIDADES / CAIXA: Objeto: Implementação de Medidas Técnicas, Administrativas e Jurídicas Necessárias a Eficazização da Regularização Fundiária; Programa MCIPLANJEJ URBANO - REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA. Valor: R\$ 532.112,50; dos recursos: R\$ 500.000,00, correção à conta da União no exercício de 2013, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 067181 Funcional 1545120548866 0001, NE 2013NE802811, de 11/12/2013 e R\$ 32.112,50 a conta de contrapartida. Vigência 30/11/2015 - Data e Assinaturas: 27/12/2013. MARTONI PEREIRA DE SOBRAL, JULIO EMILIO LOSSIO DE MACEDO

MAPA / MUNICIPIO DE SANTA CRUZ - PE. CNPJ 24.301.475.0001-86. TERMO DE COMPROMISSO 1.007.262-72/2013 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO / CAIXA: Objeto: Aquisição de máquina e implementos agrícolas; Programa MAPA APOIO PEQ E MEDIO PRODUTOR AGROPEC - SOMENTE AQUISIÇÃO. Valor: R\$ 205.000,00; dos recursos: R\$ 195.000,00, correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135098, Gestão 0001, Programa de Trabalho 070016, Funcional 20608201420ZV 0026, NE 2013NE801165, de 31/10/2013 e R\$ 10.000,00 a conta de contrapartida. Vigência 30/12/2015 - Data e Assinaturas: 30/12/2013. MARTONI PEREIRA DE SOBRAL, GILVAN SIRINO DE ALMEIDA

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE CASCAVEL - PR

EXTRATOS DE CONTRATOS

Extrato(s) de Contrato(s) de Repasse ou Contrato(s) de Transferência celebrado(s) entre a União Federal, por meio do(s) Gestor(es) abaixo identificado(s), representado(a) pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04 e o(s) seguinte(s) contratado(s): ME/AMPÉRE/PR.CNPJ 77.817.054/0001-79. CTR 795614/2013/ME/CAIXA: Objeto: Reforma e Ampliação do Ginásio de Esportes do Município de Ampére; Valor: R\$ 450.000,00; dos recursos: R\$ 441.000,00 correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135098, Gestão 0001, Programa de Trabalho 2781220355450-0001, NE 2013NE801472, de 12/12/2013 e R\$ 9.000,00 a conta de contrapartida. Vigência 27 de Junho de 2015 - Data e Assinaturas: 27 de Dezembro de 2013, Silvio Tadeu da Silva e Helio Manoel Alves.

MTUR/CAPANEMA/PR.CNPJ 75.972.760/0001-60. CTR 797234/2013/MTUR/CAIXA: Objeto: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística; Valor: R\$ 450.000,00; dos recursos: R\$ 441.000,00 correção à conta da União no exercício de 2013, UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 23695207610V0-0001, NE 2013NE801357 de 23/12/2013 e R\$ 9.000,00 a conta de contrapartida. Vigência 30 de Outubro de 2016 - Data e Assinaturas: 30 de Dezembro de 2013, Claiton Schindwein e Lindamir Maria de Lara Denardin

MAPA/CHOPINZINHO/PR.CNPJ 76.995.414/0001-60. CTR 783873/2013/MAPA/CAIXA: Objeto: Pavimentação Polidétrica em Estrada Rural; Valor: R\$ 383.685,85; dos recursos: R\$ 292.500,00 correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135098, Gestão 0001, Programa de Trabalho 20608201420ZV-0041, NE 2013NE800218 de 02/08/2013 e R\$ 91.185,85 a conta de contrapartida. Vigência 30 de Novembro de 2016 - Data e Assinaturas: 30 de Dezembro de 2013, Cleber Batista Gomes e Leonmar Bolzani.

MDA/CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA REGIÃO DE FRONTEIRA DO SUDESTE DO PARANÁ/PR.CNPJ 11.248.927/0001-61. CTR 792312/2013/MDA/CAIXA: Objeto: Implantação do Snsa (Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária); Valor: R\$ 225.000,00; dos recursos: R\$ 219.400,00 correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135093, Gestão 0001, Programa de Trabalho 211272029210X-0001, NE 2013NE800234 de 27/11/2013 e R\$ 5.600,00 a conta de contrapartida. Vigência 27 de Setembro de 2016 - Data e Assinaturas: 27 de Dezembro de 2013, Claiton Schindwein e

MDA/DIAMANTE DOESTE/PR.CNPJ 77.817.476/0001-44. CTR 794280/2013/MDA/CAIXA: Objeto: Aquisição de Veículos para Beneficiar a Agricultura Familiar; Valor: R\$ 154.500,00; dos recursos: R\$ 150.000,00 correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135093, Gestão 0001, Programa de Trabalho 211272029210X-0041, NE 2013NE800456 de 10/12/2013 e R\$ 4.500,00 a conta de contrapartida. Vigência 20 de Maio de 2015 - Data e Assinaturas: 20 de Dezembro de 2013, Marino Justen e Renato Antônio Pereira.

FNAS/MANFRINÓPOLIS/PR.CNPJ 01.614.343/0001-09. CTR 787381/2013/FNAS/CAIXA: Objeto: Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Construção de Centro Público de Convivência do Idoso; Valor: R\$ 255.110,00; dos recursos: R\$ 250.000,00 correção à conta da União no exercício de 2013, UG 550015, Gestão 0001, Programa de Trabalho 0824420372B30-0041, NE 2013NE800019 de 28/10/2013 e R\$ 5.110,00 a conta de contrapartida. Vigência 26 de Outubro de 2016 - Data e Assinaturas: 26 de Dezembro de 2013, Ilo Bendo e Claudio Gubert.

MAPA/MARQUINHO/PR.CNPJ 01.612.552/0001-13. CTR 789073/2013/MAPA/CAIXA: Objeto: Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas; Valor: R\$ 258.000,00; dos recursos: R\$ 243.750,00 correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135098, Gestão 0001, Programa de Trabalho 20608201420ZV-0041, NE 2013NE801253 de 01/11/2013 e R\$ 14.250,00 a conta de contrapartida. Vigência 26 de Setembro de 2015 - Data e Assinaturas: 26 de Dezembro de 2013, Laércio Jose Carmel e Luiz Cesar Baptista.

MAPA/MISSAL/PR.CNPJ 78.101.847/0001-50. CTR 788727/2013/MAPA/CAIXA: Objeto: Pavimentação Polidétrica em Estradas Rurais; Valor: R\$ 313.873,35; dos recursos: R\$ 292.500,00 correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135098, Gestão 0001, Programa de Trabalho 20608201420ZV-0041, NE 2013NE800999 de 31/10/2013 e R\$ 21.373,35 a conta de contrapartida. Vigência 30 de Junho de 2015 - Data e Assinaturas: 30 de Dezembro de 2013, Antonio André da Silva e Adilto Luis Ferrari.

MAPA/PRANCHITA/PR.CNPJ 78.113.834/0001-09. CTR 788839/2013/MAPA/CAIXA: Objeto: Cascalhamento de Estradas Rurais; Valor: R\$ 254.531,07; dos recursos: R\$ 243.750,00 correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135098, Gestão 0001, Programa de Trabalho 20608201420ZV-0041, NE 2013NE801094 de 31/10/2013 e R\$ 10.781,07 a conta de contrapartida. Vigência 30 de Junho de 2015 - Data e Assinaturas: 30 de Dezembro de 2013, Vaine Teresinha Rigo Dal Vesso e Marcus Michelon.

MCIDADES/SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR.CNPJ 76.206.499/0001-50. CTR 789585/2013/MCIDADES/CAIXA: Objeto: Recape Asfáltico no Lotçamento Soster I e II; Valor: R\$ 325.452,19; dos recursos: R\$ 245.850,00 correção à conta da União no exercício de 2013, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120541D73-0041, NE 2013NE801555 de 06/11/2013 e R\$ 79.602,19 a conta de contrapartida. Vigência 30 de Junho de 2015 - Data e Assinaturas: 30 de Dezembro de 2013, Cecília Elisabete Novak e Claudimiro da Costa Dutra.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE CAXIAS DO SUL - RS

RETIFICAÇÃO

Contrato de Repasse 1011480-50/MDA/2013 Município de FARROUPILHA/RS, DOU de 27/12/2013; seção 3 página 91, onde se lê: - Dos Recursos: R\$ 517.000,00, leia-se: Dos Recursos RS 520.000,00.

GERÊNCIA DE FILIAL DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE CHAPECÓ - SC

EXTRATOS DE CONTRATOS

Extrato(s) de Contrato(s) de Repasse ou Contrato(s) de Transferência celebrado(s) entre a União Federal, por meio dos Gestores abaixo identificados, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04 e o(s) seguinte(s) contratado(s):

MDA / MUNICIPIO DE JABORA - SC. CNPJ 82.939.463/0001-88. CTR 1011907-30/2013 Convênio 796701/2013/MDA/CAIXA: Objeto: Aquisição de Escavadeira Hidráulica; Programa MDA PRONAT - MAQUINARIO; Valor: R\$ 420.000,00; dos recursos: R\$ 400.000,00, correção à conta da União no exercício de 2013, UG 490012, Gestão 0001, Programa de Trabalho 211272029210X 0001, NE 2013NE800722, de 13/12/2013 e R\$ 20.000,00 a conta de contrapartida. Vigência 31/03/2015 - Data e Assinaturas: 27/12/2013. Ricardo Bier Troglgio e Kleber Mércio Nora.

MAPA/MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC. CNPJ 01.612.781/0001-38. CTR 1009712-56/2013 Convênio 792429/2013/MAPA/CAIXA: Objeto: AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA; Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuario; Valor: R\$ 150.000,00; dos recursos: R\$ 146.250,00, correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135098, Gestão 0001, Programa de Trabalho 20608201420ZV0042, NE 2013NE801694, de 28/11/2013 e R\$ 3.750,00 a conta de contrapartida. Vigência 31/12/2015 - Data e Assinaturas: 30/12/2013, Ricardo Bier Troglgio e Volmir Solite.

MAPA/MUNICIPIO DE VEIDEIRA/SC. CNPJ 83.039.842/0001-84. CTR 1007994-91/2013 Convênio 789693/2013/MDA/CAIXA: Objeto: Pavimentação com pedras irregulares nas ruas João Nelson Antunes e Terceira Scopel ( incluindo passeio com lajotas tipo pavur); Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuario; Valor: R\$ 260.000,00; dos recursos: R\$ 245.850,00, correção à conta da União no exercício de 2013, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120541D730042, NE 2013NE801617, de 06/11/2013 e R\$ 14.150,00 a conta de contrapartida. Vigência 30/05/2016 - Data e Assinaturas: 30/12/2013. Ricardo Bier Troglgio e Lourdes Becker.

MCidades/MUNICIPIO DE Xavantina/SC. CNPJ 83.009.878/0001-15. CTR 1007921-67/2013 Convênio 789541/2013/MCIDADES/CAIXA: Objeto: Pavimentação de vias públicas urbanas; Programa: Planejamento Urbano; Valor: R\$ 245.850,00; dos recursos: R\$ 245.850,00, correção à conta da União no exercício de 2013, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120541D730042, NE 2013NE801516 de 06/11/2013 e R\$ 00,00 a conta de contrapartida. Vigência 30/12/2015 - Data e Assinaturas: 30/12/2013. Ricardo Bier Troglgio e Mauro Jones Poletto.

MAPA / MUNICIPIO DE ITÁ - SC. CNPJ 83.024.240/0001-53. CTR 795856 / 2013 / MAPA / CAIXA: PROCESSO: 1011766-30/2013; Objeto: Aquisição de patrulha mecanizada; Programa MAPA APOIO DESENV. DO SETOR AGROPECUARIO - SOMENTE AQUISIÇÃO; Valor: R\$ 250.000,00; dos recursos: R\$ 243.750,00, correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135098, Gestão 0001, Programa de Trabalho 20608201420ZV 0001, NE 2013NE801927, de 13/12/2013 e R\$ 6.250,00 a conta de contrapartida. Vigência 31/03/2015 - Data e Assinaturas: 27/12/2013. RICARDO BIER TROGLIO, LEIDE MARA BENDER.

MCidades /MUNICIPIO DE ITÁ - SC; CNPJ 83.024.240/0001-53; CTR 789853/ 2013 / MCidades/CAIXA: Objeto: Implantação de Passesios Públicos; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 254.500,00; dos recursos: R\$ 245.850,00, correção à conta da União no exercício de 2013, UG 175004, Gestão 0001, Programa de Trabalho 1545120541D730042, NE 2013NE801730, de 06/11/2013 e R\$ 8.650,00 a conta de contrapartida. Vigência 31/12/2015 - Data e Assinaturas: 30/12/2013. RICARDO BIER TROGLIO, LEIDE MARA BENDER.

MDA /MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC; CNPJ 83.024.257/0001-00; CTR 792311/ 2013/MDA/CAIXA: Objeto: Construção de unidade de apoio e armazenagem, flutuante e tripiche aos pescadores e piscicultores do Alto Uruguai Catarinense, preparada para dar suporte para cursos de formação dos pescadores, dispondo de ambientes para depósito de ração e tralhas de pesca, dormitórios e sala de reuniões e aquisição de esteira rolante; Programa: Planejamento Urbano; Valor: R\$ 311.969,50; dos recursos: R\$ 299.469,50, correção à conta da União no exercício de 2013, UG 135093, Gestão 0001, Programa de Trabalho 211272029210X0001, NE 2013NE800233, de 27/11/2013 e R\$ 12.500,00 a conta de contrapartida. Vigência 31/12/2015 - Data e Assinaturas: 30/12/2013. RICARDO BIER TROGLIO, LEIDE MARA BENDER.

Assinatura digital de JOVANI MEZAROBIA Matr. 073.187-8 Assistente SIDUR - Chapecó/SC